

Nota técnica

Patrimônio Monumental dos Sete Povos (RS)

Urgência de Ações para sua
Preservação e Valorização



Marina Massimi



Nota técnica

Patrimônio Monumental dos Sete Povos (RS)

Urgência de Ações para sua
Preservação e Valorização

Marina Massimi



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a [Licença Creative Commons](#) indicada.

Catálogo na Publicação
Divisão de Gestão de Tratamento da Informação da
Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP

Massimi, Marina

Patrimônio monumental dos Sete Povos (RS) : urgência de ações para sua preservação e valorização [recurso eletrônico] / Marina Massimi. – São Paulo : Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2025.

37 P.

ISBN 978-65-87773-74-2

DOI 10.11606/9786587773742

1. Patrimônio histórico - Preservação 2. Monumento histórico - Preservação
3. Missões religiosas 4. Jesuítas 5. Sete Povos das Missões I. Título: urgência de ações para sua preservação e valorização.

CDD (23.ed) – 363.69

Elaborado por Cristina Miyuki Narukawa – CRB-8/8302

Como citar:

MASSIMI, M. *Patrimônio Monumental dos Sete Povos (RS): Urgência de Ações para sua Preservação e Valorização*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2025.

Sumário

Apresentação	6
Definição do tema e dos atores envolvidos: missões jesuíticas na região guaranítica	7
Descrição geográfica do território e do urbanismo das Reduções	11
História	14
Descrição do patrimônio histórico	17
Histórico das ações de preservação do patrimônio	19
Situação atual	26
Propostas	33
Referências bibliográficas	35

Apresentação

O Grupo de Pesquisa Tempo, Memória e Pertencimento do Instituto de Estudos Avançados da USP tem, dentre seus objetivos, o de “valorizar e preservar os documentos e monumentos ligados à história do país”. Para os membros, é importante que o conhecimento científico produzido acerca da memória e da história cultural chegue à população brasileira. Especificamente, pretende-se “propor, valorizar e debater ações e atores inerentes aos campos da memória e da preservação do patrimônio cultural, artístico e científico brasileiro e latino-americano”.

Nesse contexto, desde 2018, focamos um aspecto deste patrimônio localizado na região do Rio Grande do Sul e que demanda um maior conhecimento e valorização. Fruto desse trabalho são os eventos realizados, dois cursos online na plataforma Coursera, viagens de estudo, a organização de um livro (atualmente em fase de avaliação por uma editora brasileira) e a nota que ora apresentamos. Aqui, contextualizamos o tema e trazemos propostas para a conservação desse patrimônio, a partir das pesquisas realizadas por vários estudiosos que constam nas referências bibliográficas desta nota.

Marina Massimi

Professora Sênior IEA

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Tempo, Memória e Pertencimento

Definição do tema e dos atores envolvidos: missões jesuíticas na região guaraníca

As missões jesuíticas na região guaraníca – ou Reduções¹ ou Sete Povos das Missões – são um patrimônio histórico monumental localizado na região fronteira entre Brasil (Rio Grande do Sul), Paraguai e Argentina.

Esse patrimônio é vestígio de um processo histórico ocorrido a partir de 1588 até 1768, cujos atores principais foram missionários da Companhia de Jesus provenientes de diversos países da Europa e grupos de população nativa da etnia guarani.



Ruínas de São Miguel das Missões (RS)

1. O termo redução era entendido no sentido de redirecionar (*reductio ad unum*) as populações nativas para o cristianismo. Assim as define um dos protagonistas da história reducional, o jesuíta Antonio Ruiz Montoya (1585-1652): “*Llamamos reducciones a los pueblos de los indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política y humana*” (MONTOYA, 1985, p. 58).

De origem amazônica, os Guarani eram silvicultores da floresta tropical que impuseram as suas maneiras de organizar e ocupar a terra frente às demais populações. Devido ao crescimento populacional e a uma longa seca com decorrente problema alimentar na floresta amazônica, iniciaram, cerca de dois mil anos atrás, um deslocamento em busca de novos terrenos para viabilizar a sobrevivência do grupo, que os levou a ocupar a região das florestas tropicais e subtropicais localizadas nas margens dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí. Os missionários que deram vida ao experimento reducional pertenciam à Companhia de Jesus, ordem religiosa recém-surgida quando da vinda de seus membros à América Latina, ao longo do século XVI (no Brasil em 1549; no Peru em 1566), num contexto cultural muito fecundo na Europa da época, pois o nascimento da ordem aconteceu no âmbito de um pequeno grupo de docentes e alunos da Universidade de Paris, local de convergência da tradição medieval e dos novos fermentos do Humanismo e do Renascimento. Além disso, a identidade hispânica de seu fundador, Inácio de Loyola, e de vários entre os primeiros adeptos, proporcionava a colocação da Companhia no âmago de um dos mais importantes movimentos culturais da Europa da época: a Segunda Escolástica ibérica, escola filosófica que tentava abarcar e discutir as novas teorias dos filósofos renascentistas e, ao mesmo tempo, manter uma ligação estreita com a tradição filosófica cristã. Alguns dos membros da Companhia foram entre os mais ilustres representantes dessa corrente de pensamento (Francisco Suarez, Pedro de Fonseca, Luís de Molina).

As Reduções foram formas e espaços de vivência, sobrevivência, encontros e desencontros, dando vida a uma formidável rede que usava as negociações como forma de superar os conflitos, garantindo para as populações envolvidas êxito socioeconômico, político, bem-estar social, práticas culturais híbridas, onde se mesclaram elementos das culturas indígenas com as hispânicas. A proposta de viver nesse modo de vida reducional era feita através do estabelecimento de contato com os chefes das comunidades indígenas moradoras no território, pelos missionários que com eles entravam em contato. A depender da adesão à proposta, era constituída a redução e os chefes se encarregavam de lograr a adesão de

As Reduções foram formas e espaços de vivência, sobrevivência, encontros e desencontros, dando vida a uma formidável rede que usava as negociações como forma de superar os conflitos

seus povos e levá-los aos locais designados pelos inacianos para realizar o empreendimento, locais normalmente escolhidos por serem próximos aos rios que proporcionavam o abastecimento de água, a pesca e também a circulação e o transporte. O espaço peculiar assim criado, ao longo de 150 anos, deu vida a cerca de trinta povoados, podendo atingir as cifras populacionais de 90.000 a 120.000 habitantes.

A organização jurídica das Reduções foi fruto do esforço legislativo empreendido por dois homens: o jurista Francisco de Alfaro (1551-1644) e o jesuíta espanhol Diego de Torres Bollo (1551-1638). Tratava-se de formas de vida associativa, que surgiram no território colonial então ocupado pela Espanha, regradas por uma legislação que buscava corrigir os abusos decorrentes do sistema econômico da encomenda, que transformara profundamente a vida das populações guaranis utilizadas como mão de obra em uma modalidade muito próxima do trabalho escravo². O espaço das reduções era destinado apenas à moradia das populações nativas, sendo proibido o acesso aos colonos e manter indígenas como escravos. Desse modo, os guaranis eram isentos da prestação de serviço pessoal aos colonizadores, na medida em que eles aceitassem viver sob a tutela dos missionários. Ao aderir ao sistema comunitário reducional, os nativos logravam a condição de vassalos do rei de Espanha e a serem, portanto, tributários diretos da monarquia hispânica. Ademais, os descendentes dos caciques eram isentos do pagamento

2. A *encomienda* - originalmente aplicada na região das Antilhas, em 1503, com posterior projeção em outras partes da América espanhola, era uma instituição jurídica imposta pela coroa ibérica com vistas a regular o recolhimento de tributos e circunscrever a exploração do trabalho indígena. Estabelecida a partir de um arranjo contratual, caracterizava-se pela submissão de um número variável de indígenas “pagadores de impostos” a um *encomendero*, inicialmente os mais notáveis soldados espanhóis nas guerras de conquista, responsável por viabilizar sua incorporação aos moldes culturais, econômicos e sociais europeus. Tal submissão não implicava a perda da liberdade, como na escravatura, mas desta se aproximava por ser uma forma de trabalho compulsório.

do tributo e desfrutavam da hereditariedade no exercício dessas funções, vantagem que outrora inexistia antes da conquista. Os jesuítas foram os únicos a perceberem que na tributação direta à coroa, e não através da prestação de serviço aos encomendeiros, repousava a possibilidade de êxito do sistema reducional. Sem dúvida, este foi um dos aspectos que possibilitou promover um desenvolvimento econômico, social, político e cultural sem precedentes na América hispânica.

Em uma redução viviam até 6000 indígenas de diferentes grupos familiares, com seus caciques que participavam de um conselho, o cabildo indígena. As reduções se organizavam como um sistema cooperativo, com intercâmbio entre elas. Sua economia era baseada no gado e na erva mate produzidos nas estâncias e em ervais para consumo próprio e para comércio com Buenos Aires e Assunção. Cada povoado era administrado por apenas dois religiosos. O padre era encarregado dos aspectos espirituais e um irmão coadjutor tratava dos aspectos temporais ou materiais.

O poder político (e sua dependência da Coroa espanhola) era exercido através do Cabildo, a organização municipal de origem medieval herdada do direito espanhol, que desempenhava as funções de administração e de justiça também no sistema colonial espanhol. Antes da chegada do europeu, os guaranis, em sua estrutura tribal, organizavam-se em forma de “cacicados”. O cacique era a autoridade principal que liderava o grupo na paz e na guerra. Os caciques tiveram um papel importante no início das reduções, no sentido de decidir a adesão de seus povos ao modelo de organização proposta pelos jesuítas. Desse modo, nas reduções os caciques vieram a desempenhar cargos na estrutura de governo do Cabildo. Os guaranis chamavam ao rei da Espanha de Mburubichabete, ou seja, “o maior entre os caciques”. Os caciques, respeitados por suas tribos, no cabildo tinham funções correspondentes a prefeitos, vereadores, juízes, fiscais e coordenadores. Nesse sentido, o sistema político das reduções resultou em uma mescla na qual atuavam os indígenas com seus novos poderes, nomes e títulos de Corregedores, Alcaldes, Regedores, Alferes, Mordomos e outros relacionados com os diversos Ofícios, todos com as suas respectivas hierarquias e responsabilidades bem delimitadas. Os filhos dessas lideranças indígenas iam à escola e recebiam treinamento privilegiado como futuros dirigentes.

Descrição geográfica do território e do urbanismo das Reduções

As Reduções ocupavam um espaço geográfico conhecido como Província jesuítica do Paraguai, a qual abrangia áreas dos atuais países do Paraguai, Argentina, Uruguai e os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Mais tarde foram construídas Reduções junto aos povos Chiquitos, na Bolívia. Os Guaranis, povo pertencente ao grande tronco dos Tupis, habitavam originariamente os atuais territórios do leste do Paraguai, leste da Argentina, Uruguai e Sul do Brasil (particularmente nos estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e sul do estado de São Paulo).

As Leis das Índias foram adaptadas pelos jesuítas e aplicadas como regra nas suas reduções. Isto resultou em uma tipologia que repetiu, em todos os povoados, uma mesma estrutura, com pequenas variações. O chamado Plano Tipo preservado no Arquivo Jesuítico de Roma descreve o padrão, que se repetia em cada povoado. As reduções eram estruturadas por dois conjuntos de edificações: o conjunto dos padres, fechado e protegido por muros; e o setor dos indígenas, aberto e permeável, com fileiras de habitação coletiva, rodeadas por avarandados.

As Reduções ocupavam um espaço conhecido como Província jesuítica do Paraguai, o qual abrangia áreas do Paraguai, Argentina, Uruguai e os estados brasileiros de RS, PR, SC e MS

Duas ruas principais se cruzavam no centro da praça, seguindo o modelo dos antigos acampamentos romanos. Uma delas, onde se realizavam as procissões, ligava a entrada da cidade com a igreja. No centro da redução havia uma grande praça, que era palco de eventos e celebrações religiosas e outras atividades. Em um dos seus lados estava a grande igreja, com a residência dos padres, os depósitos, as oficinas e o cemitério para os indígenas.

Nas proximidades estavam o cotiguaçú, onde viviam as viúvas e órfãs, e o tambo, onde se hospedavam os visitantes. E, nos fundos do conjunto, ficava a quinta, com pomar, horta e jardim. Nos outros três lados da praça, os pavilhões dos indígenas, que tinham um cômodo para cada família. Um deles, junto à praça, era destinado ao cabildo. Ao redor do povoado, havia outras instalações, como capelas, padaria, hospital, olaria, e as fontes, currais, pomares e ervais.

A arquitetura das reduções passou por três estágios. No início, as construções seguiam as técnicas dos indígenas que conheciam e dominavam o ambiente, estruturadas por varas de madeira cravadas no solo, vergadas e amarradas na parte superior e cobertas por sucessivas camadas de palha que chegavam até o chão. Numa segunda fase, os jesuítas introduziram estruturas como esteios e tesouras de madeira que apoiavam os telhados, cobertos com telhas de barro cozido. Os ornamentos das igrejas eram basicamente pinturas nas paredes com motivos ou símbolos religiosos. A terceira etapa se inicia com a chegada de jesuítas arquitetos, os quais introduziram sistemas construtivos europeus, com espessas paredes de pedra portantes, estruturas de telhados em madeira e os forros, em abóbadas, de ladrilhos ou tábuas. As igrejas eram geralmente ornamentadas com motivos barrocos em madeira ou pedra, a depender da proveniência e da formação dos autores. Destes templos assim construídos, permanecem os de São Miguel Arcanjo, hoje no Brasil, e Trinidad e Jesus, que não foi concluído, no Paraguai (Custodio, 2010).

Vale lembrar que a configuração geográfica do espaço reducional foi mudando ao longo do tempo. Inicialmente, a Província do Paraguai se dividia em regiões:

1. A frente do Guairá, nas margens superiores do rio Paraná, onde foram construídas as primeiras comunidades jesuítico-guaranis. As maiores são: Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio Menor, ambas edificadas em 1610;

O estabelecimento das reduções passou por um processo que implicou construções, destruições, migrações e reconstruções em sucessivos períodos temporais e em diferentes territórios

2. A frente do Paraguai, ou seja, nas terras entre a margem oriental do rio Paraguai e a margem ocidental do rio Paraná;
3. A frente do Itatim, que corresponde ao atual estado do Mato Grosso do Sul, onde foram fundadas, a partir de 1632, reduções posteriormente abandonadas por causa das incursões dos bandeirantes;
4. A frente do rio Uruguai que integra os Sete Povos Guaranis, localizados na área entre os rios Ibicuí, Piratini, e Ijuí;
5. A frente de Tape com as reduções de Candelária, São Tomé, São José, São Miguel, São Cosme e Damião, Santa Teresa, Santa Ana, São Joaquim, Natividade, Jesus e Maria, São Cristovão.

Entre 1612 e 1628, as expedições bandeirantes incentivadas pelos portugueses destruíram as reduções a partir do Guairá e depois do Tape e Itatim. Portanto, o estabelecimento das reduções passou por um processo que implicou construções, destruições, migrações e reconstruções em sucessivos períodos temporais e em diferentes territórios.

História

O início da experiência remonta à última década do século XVI e foi protagonizado por um pequeno grupo de missionários providos do Brasil e do Peru. A partir da fundação da Província do Paraguai, em 1605, chegaram 45 missionários, providos de Itália e Espanha. O estabelecimento “definitivo”, após a instabilidade causada pelos ataques reiterados dos bandeirantes paulistas e o decorrente êxodo de 12.000 guaranis da região do Guairá até a Província de Misiones, em 1629 e em 1632, ocorreu na margem inferior do rio Paraná e nas margens do Rio Yabebyry, no atual território argentino. Naquela região, as reduções conseguiram lograr maior estabilidade, devido ao fato de que ali, desde 1609, tinha sido concedido às missões jesuíticas o “Real Patronato”, que colocava os nativos reduzidos a salvo dos *encomiendados*. A partir de então, a experiência missionária logrou continuidade por um período de cerca de 150 anos, expandindo-se na atual região do Rio Grande do Sul. De fato, em 1626, foi fundada pelo padre paraguaio Roque Gonzáles e pelo chefe indígena Nicolau Nhenguiru a redução de São Nicolau de Piratini, nas terras à margem esquerda do rio Uruguai, chamadas de Terras dos Tapes (assim eram apelidados os indígenas que viviam na região). As outras dezoito reduções fundadas no período entre 1627 e 1637, naquele território, foram destruídas pelas bandeiras chefiadas por Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais (Leme), Francisco Bueno, André Fernandes e Francisco Cordeiro. Localizar os sítios dessas reduções é muito difícil hoje, pois ficaram pouquíssimos vestígios. De toda forma, a maioria delas estava situada no território do Rio Grande do Sul.

Um fato decisivo para a consolidação das reduções por um período de cerca de 86 anos foi a organização de um exército missioneiro composto por indígenas e jesuítas, que derrotou os bandeirantes em 1641, na Batalha de M’Bororé, um riacho afluente da margem direita do rio Uruguai. A partir de então, a região logrou um longo período de paz que possibilitou, em 1682, a fundação de São Francisco Borja, localizada no atual território riograndense.

Surgiram, assim, os Sete Povos do Rio Grande do Sul: São Nicolau, fundada em 1626 e reconstruída em 1687; São Luís Gonzaga, fundada em 1687; São Miguel, fundada em 1632 e reconstruída em 1687; São Lourenço Mártir, fundada em 1690; São João Batista, fundada em 1697; e, por fim, Santo Ângelo Custódio, fundada em 1706. Entre 1687 e 1706, desenvolve-

O Tratado de Madri, ao sancionar uma nova redistribuição territorial das colônias da região, delineou os contornos do Brasil de hoje, mas acarretou a destruição das reduções e desencadeou a rebelião dos indígenas e as guerras guaraníticas (1752-1756)

ram-se os Sete Povos das Missões, grandes núcleos urbanísticos planejados, compostos por igreja, casa dos padres, colégio, cabildo, hospital, casa das viúvas e mães solteiras, oficinas e ateliês de arte, espaços administrativos, habitações dos indígenas. Cada uma dispunha de estâncias onde havia pecuária e agricultura; exportava-se couro, erva mate e algodão. Todos os moradores sabiam ler, escrever e contar; eram praticadas as artes plásticas e a música, e havia oficina para a construção de instrumentos musicais. Alguns historiadores da arte afirmam que lá se desenvolveu uma arte peculiar que foi definida como jesuítico-guarani (Sustersic, 2010).

O Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750), ao sancionar uma nova redistribuição territorial das colônias da região, entre Portugal e Espanha, delineou os contornos atuais do Brasil de hoje, mas acarretou a destruição das reduções e desencadeou a rebelião dos indígenas e as guerras guaraníticas (1752-1756). Com efeito, pelo tratado, a área dos Sete Povos das Missões passaria a pertencer a Portugal e, em troca, a Colônia do Sacramento (no sul do atual Uruguai) passaria ao domínio espanhol. Se para a historiografia brasileira o Tratado de Madri representa a base histórico-jurídica da formação territorial do país por ser o primeiro documento a definir com precisão suas fronteiras naturais, por outro lado, a implementação desse mesmo tratado desencadeou a guerra protagonizada pelos guaranis contra o exército conjunto espanhol-português, guerra que na sangrenta Batalha de Caiboaté de 10 de fevereiro de 1756 resultou na morte de 1.511

guaranis, enquanto os exércitos europeus sofreram apenas quatro mortes. Após as guerras guaraníticas e a expulsão dos jesuítas (1768), as reduções foram destruídas e abandonadas.

Seguiu-se o processo de dispersão dos guaranis e a mudança das grandes áreas urbanas das reduções. Elas tiveram destinos diferentes: em algumas reduções do território dos atuais Paraguai e Argentina (por exemplo, San Cosme y Damian, Santa Maria de Fé, Santo Ignacio Guaçu, Santa Rosa) a igreja continuou funcionando para uso da comunidade, assim como algumas casas. Mas em outras reduções a destruição dos edifícios foi progressiva, como mostram as fontes do século XVIII ao XIX, incluindo fotos do final do século XIX. Até meados do século, alguns edifícios foram preservados e integrados à vida cotidiana das populações como espaços de uso religioso ou social, mas no início do século XX foram totalmente destruídos. Essa destruição também significou a dispersão do patrimônio artístico neles preservado (esculturas, baixos-relevos, pinturas, estátuas).

Descrição do patrimônio histórico



Ruínas de São Miguel das Missões (RS)

Como efeito desse processo histórico, permanecem hoje vestígios, sob a forma de: conjuntos monumentais das que foram trinta cidades, cada uma com uma população de mil a sete mil nativos e dois ou três padres da Companhia de Jesus; amplo patrimônio iconográfico expressivo da produção artística realizada nas oficinas das reduções por artistas indígenas e religiosos; patrimônio documental, inclusive parte em idioma guarani, produto da imprensa móvel construída na Redução de Santa Maria em 170; e cartas, informes, crônicas e tratados redigidos pelos missionários da Companhia de Jesus, coletados e impressos em edição moderna na Argentina por C. Leohnardt e E. Maher. Esse patrimônio foi e é objeto de estudos de muitos

pesquisadores, entre os quais destacam-se um grupo de estudiosos argentinos, paraguaios e brasileiros, tendo como pioneiros E. Maher; Ramon Gutierrez; Alfredo Poeniz; Darko Sustersic; Luiz Antônio Bolcato Custódio. E dentre os atuais: Carlos Page, Laura Salinas, Eduardo Neumann, Jaqueline Ahlert e Eliane Cristina Deckmann Fleck.

Sete destas cidades estão no atual território brasileiro do Rio Grande do Sul, mas originariamente as primeiras reduções foram construídas nos territórios de Santa Catarina e Paraná, sendo elas destruídas pelas incursões dos bandeirantes.

Histórico das ações de preservação do patrimônio

Tombamentos, escavações, educação patrimonial da população

Apenas no final da década de 1930, Argentina e Brasil deram os primeiros passos para evitar que os vestígios das missões jesuíticas fossem totalmente destruídos com a criação da Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares e de Bienes Históricas (1940) e da Secretaría do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937).

O governo federal brasileiro intervém definitivamente na região missioneira em 1938. Para os trabalhos foi encarregado o arquiteto Lúcio Costa, que foi ao Rio Grande do Sul para avaliar os remanescentes dos Sete Povos das Missões. Seu relatório, acompanhado de excelente documentação, concluiu que as ruínas da Igreja de São Miguel apresentavam grande interesse como conjunto arquitetônico e deveriam ser amparadas de forma a prevenir o seu total desmoronamento, e que os fragmentos de arquitetura e as esculturas encontradas nos diferentes Povos, ou descobertos

Apenas no final da década de 1930, Argentina e Brasil deram os primeiros passos para evitar que os vestígios das missões jesuíticas fossem totalmente destruídos

em buscas e escavações, deveriam ser recolhidos em São Miguel, em um museu que foi construído com o material das ruínas. O relatório de Costa deu início, em março de 1938, a obras de estabilização da torre, do pórtico e do corpo da igreja, e à construção do Museu das Missões, que se tornou referência cultural nacional por ser o espaço destinado ao recolhimento e guarda da arte sacra barroco-missioneira da Igreja de São Miguel.



Museu das Missões, São Miguel

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970, possibilitou que, por meio da atuação de arqueólogos profissionais, vários sítios e bens arqueológicos fossem identificados pela primeira vez. No âmbito institucional, a coordenação dos assuntos regionais de arqueologia era fiscalizada por profissionais da área central do IPHAN e por arqueólogos sediados em instituições acadêmicas regionais. Dentre eles, destaca-se a atuação, desde o início da década de 1960, do arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz (vinculado à UNISINOS e à UFRGS), e de vários pesquisadores ligados à PUCRS e à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado. A partir da década de 1970, São Miguel, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir foram objeto de várias escavações. Em 1980, foi realizado o projeto “Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões”, entre a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, o SPHAN (hoje IPHAN) e o município de Santo Ângelo (visto que à época São Miguel era subdistrito deste), projeto coordenado pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, com o objetivo de estabelecer os limites para preservação das ruínas e permitir o gerenciamento das áreas de entorno. O estudo ajudaria na consolidação posterior de um “Parque das Missões”, que serviria mais tarde como instrumento para o aproveitamento turístico-cultural local.

Quase na mesma época, no fim dos anos 1970, foram realizadas escavações arqueológicas nos remanescentes da antiga redução Jesuítico-Guarani, na cidade de São Nicolau, coordenadas por Fernando La Salvia. As escavações foram amplas (cerca de 4500 m²), no centro da cidade, resgatando as estruturas da antiga igreja, colégio, adega, casas de indígenas, colégio, hospital, o sistema de esgotos, o cabildo e as habitações que existiam próximas a ele. Entre os anos de 2008 e 2010, teve início o trabalho de curadoria do material arqueológico coletado por La Salvia, cujas peças inventariadas totalizaram 16.836 itens, distribuídas da seguinte forma: cerâmica, 11.890 peças (70,6%); metal, 2.431 peças (14,4%); olaria construtiva, 1.678 peças (10%); ossos, 343 peças (2,0%); louça, 247 peças (1,5%); lítico, 180 peças (1,1%); material orgânico, 37 peças (0,2%); vidro, 29 peças (0,2%); e arte cemiterial, 2 peças (0,012%). Todavia, infelizmente, a falta de ações de consolidação e estabilização dos remanescentes encontrados acarretou em

perda de boa parte da área escavada, e expôs parte dos vestígios e estruturas às intempéries e à ação humana. Pisos, colunas, canais d'água não foram abrigados corretamente. O próprio La Salvia, posteriormente, alertou que aquela “escavação deveria ter tido continuidade com a estabilização dos remanescentes e um processo de conservação dos pisos etc., o que não se realizou” e levou a “um dano muito grande à área escavada” e “praticamente à sua perda” (La Salvia, 1982, p. 214). O grave fato resultou em uma mudança de perspectiva nas práticas futuras de escavações arqueológicas. Para sanar estes problemas a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul e a Fundação Nacional Pró-Memória, juntamente com o arqueólogo Fernando La Salvia, elaboram um projeto para planejar de forma organizada a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico missioneiro (La Salvia, 1982, p. 214).

Em 1983, as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo foram declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade pelo UNESCO; assim como todos os sítios arqueológicos dos Trinta Povos

Em 1983, as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo foram declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade pelo UNESCO, assim como todos os sítios arqueológicos dos Trinta Povos. Esperava-se, assim, que a presença de arqueólogos na região deixaria de ser esporádica e passaria a ser uma exigência em todas as atividades de impacto no local.

Um novo projeto denominado Arqueologia Histórica Missioneira (1985), fruto de um acordo de cooperação técnica entre UFRGS, PUC-RS e SPHAN, foi coordenado pelos professores Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro e pelo arquiteto Julio Curtis e contou com grande participação de alunos de graduação. Um dos principais objetivos era reconhecer o espaço das reduções para cercá-las posteriormente. O isolamento dos vestígios em uma ilha de preservação passou a ser visto como a melhor forma de proteção. A partir desse momento, os trabalhos arqueológicos se desenvolveram em diferentes ocasiões nos sítios de São Lourenço, São João Batista e São Miguel Arcanjo. Nasceu o Sítio Escola Internacional das Missões, que permitiu a formação de um grande número de profissionais, realizou

escavações em vários sítios arqueológicos da região platina e onde se desenvolveu um significativo conjunto de pesquisas – monografias, dissertações e teses produzidas a partir dos resultados das escavações. Foram assinados convênios e atividades de intercâmbios como o Workshop Brasil-EUA (1993), com o apoio institucional da Universidade do Arizona e do National Park Service (NPS), do IPHAN de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi publicado o livro *Arqueologia Histórica Missioneira*, (1998). Houve a informatização do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, com apoio da IBM e da Associação Amigos das Missões. Entre 2000 e 2004, foram realizados estudos de Geologia Arqueológica nas Missões, coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geologia Arqueológica (NEPGEA) da UNISINOS, com o objetivo da localização das antigas pedreiras e da identificação das antigas estradas missioneiras.

Igreja e sítio arqueológico de São Miguel das Missões

Créditos: MTur / Jefferson Bernardes



Ficou claro desde o início do novo milênio que o trabalho da equipe do IPHAN que atuava nas Missões não seria suficiente para consolidar os sítios de São Lourenço e João Batista, e buscou-se apoiá-lo por meio de arqueólogos contratados e coordenados pelo próprio IPHAN, como José Otávio Catafesto e Vera Thaddeu. Entre 2003 e 2005, foi realizado o Projeto de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural das Missões Jesuíticas dos Guaranis, nos sítios arqueológicos de São Lourenço Mártir e São João Batista.

Para promover a cooperação internacional entre os esforços e as experiências de cada país quanto aos trabalhos nos sítios arqueológicos do patrimônio jesuíta-guaranítico no Brasil, Argentina e Paraguai, entre os anos de 2003 a 2006, por meio de uma ação conjunta entre UNESCO, World Monuments Fund (WMF) e instituições nacionais, foi promovido o Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas dos Guarani. Buscou-se assim estabelecer um quadro de referência – isto é, uma visão comum – para a conservação, a gestão e o desenvolvimento do conjunto e de seus componentes, que resultou também na publicação de um Manual Básico de Conservação para as Missões Jesuíticas dos Guarani, em 2009 (Moraes, 2014).

Em 2002, foi assinado um Termo de Cooperação Internacional com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH-Espanha), cujo principal objetivo era realizar, no território compreendido pelos Sete Povos das Missões, um amplo estudo sobre a paisagem cultural regional, visando integrar várias áreas da cultura como patrimônio imaterial e estatuária missioneira, e objetivando recuperar e valorizar o patrimônio arqueológico missioneiro. Abriram-se também portas para diversos especialistas nas áreas de História, Arquitetura, Antropologia e Arqueologia. Esta atuação multidisciplinar permitiu a ampliação da discussão sobre a complexa realidade histórica da Região do Rio da Prata.

Ao longo de várias décadas, várias foram as iniciativas arqueológicas levadas a cabo nos sítios missioneiros, que reuniram um grande número de profissionais

Buscando proporcionar a formação intelectual de alunos que estudavam o passado regional, pesquisadores estrangeiros foram convidados a proferir palestras e contribuir para o debate sobre as problemáticas científicas que surgiram durante as escavações.

Em suma, ao longo de muitas décadas, várias foram as iniciativas arqueológicas levadas a cabo nos sítios missioneiros, que reuniram um grande número de profissionais, compostos por arqueólogos contratados pelo IPHAN, mas também por professores e alunos de diversas faculdades do Rio Grande do Sul (PUC/RS, UFRGS, IAP/UNISINOS).

Sino da Igreja de São Miguel das Missões



Situação atual

Todavia, nos últimos 20 anos, a flutuação do interesse pela área, a falta de projetos continuados e a falta de visão da arqueologia (que focou sua atuação em outras regiões do Brasil) limitaram a formulação de projetos de pesquisa de fôlego. Além do mais, o próprio órgão responsável, o IPHAN, carece de corpo técnico adequado às necessidades dos sítios missioneiros. A alternativa encontrada desde a década de 1990, de terceirizar várias atividades do IPHAN, distanciou os especialistas em preservação arqueológica do trabalho de campo e reforçou o caráter temporário e fugaz das atividades de pesquisa arqueológica (Meira, 2018).

De forma geral, a população local não demonstrou grande interesse, quando não uma quase completa indiferença e repúdio, ao trabalho das escavações arqueológicas. Na cidade de São Miguel, como forma de sanar o desconhecimento da comunidade com relação ao seu patrimônio arqueológico, foram elaboradas ações de educação patrimonial: minicursos; cartilhas didáticas e um mapa da cidade com os sítios arqueológicos identificados; e uma rotina de visitas aos locais de escavação por escolas do município.

Porém, a ausência de um cronograma de ações a longo prazo é um dos principais fatores que leva à falta de continuidade da atuação da arqueologia como instrumento de trabalho cotidiano para o gerenciamento do patrimônio arqueológico dos Sete Povos. Estas tentativas ao longo do tempo enfrentaram diversas dificuldades como quebra de financiamento, falta de suporte logístico e dificuldade de interpretação da lógica de trabalho entre arqueólogos e arquitetos.

Nos últimos vinte anos, a flutuação do interesse pela área, a falta de projetos continuados e a falta de visão da arqueologia (que focou sua atuação em outras regiões do Brasil) limitaram a formulação de projetos de pesquisa de fôlego

A ausência de um cronograma de ações a longo prazo é um dos principais fatores que levam à falta de continuidade da atuação da arqueologia como instrumento de trabalho cotidiano para o gerenciamento do patrimônio arqueológico dos Sete Povos

Sob esta ótica, foi possível perceber que, se até os anos 2000 a formação contínua de arqueólogos e arquitetos no Rio Grande do Sul e a experiência técnica adquirida com os trabalhos nas reduções jesuítico-guaranis ajudaram a consolidar um terreno mais sólido para a prática de preservação e restauro, atualmente a interrupção das atividades de pesquisa é um dos maiores desafios. Somam-se a isso a falta de atividades cotidianas de aproximação com os diversos agentes sociais (políticos, indígenas, agricultores etc.) e a falta de articulação com os diversos órgãos que atuam nos sítios missioneiros (IBRAM, Prefeitura, Governo estadual etc.).

Hoje poucos investimentos são feitos pelo Estado para preservar e valorizar esse rico patrimônio. Devido ao estado de abandono e também às adversas circunstâncias climáticas, os sítios de São Miguel das Missões, São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Francisco Borgia estão em situação precária e praticamente sem nenhum investimento. Muitas ações de preservação e pesquisas de escavação arqueológica devem ser realizadas (Theisen, Rech, Thaddeu, 2020). Em detalhes:

1. São Luiz Gonzaga abriga os remanescentes do antigo Povo São Lourenço Mártir, tombado em 1970 pelo seu valor histórico. São Lourenço Mártir é um sítio rural cercado, de propriedade da União, mas sua área de proteção merece ser ampliada. Em São Lourenço Mártir e São João Batista, praticamente todo o sítio arqueológico cercado necessita de atenção, pois o estado de abandono é muito grande e praticamente inviabiliza a visitação com segurança. Nesses dois espaços as estruturas estão tomadas pela vegetação e a grande maioria se encontra caída, ou soterrada. Contudo, o potencial é enorme.

2. O Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga necessita de requalificação, assim como o Museu Aparício Silva Rillo de São Borja e o Museu das Imagens Sacras de Santo Antônio das Missões. O Museu das Missões de São Miguel está fechado há alguns anos.
3. As ruínas do antigo povo de São Miguel Arcanjo são formalmente reconhecidas desde os anos 1920 (lugar histórico do estado), 1930 e 1970 (histórico e artístico nacional), 1980 (mundial), 2014 (imaterial brasileiro), 2015 e 2019 (cultural do Mercosul). Falta, porém, uma atuação em nível municipal relacionada à preservação do patrimônio cultural³. Apesar de as ruínas de São Miguel serem muito estudadas por diversos campos acadêmicos e de haver programas de valorização turística do lugar, é preciso evidenciar a falta de continuidade das pesquisas arqueológicas e das ações de educação patrimonial. O Laboratório de Arqueologia do IPHAN, denominado “Arno Alvarez Kern” em homenagem ao arqueólogo que dedicou tantos anos às pesquisas na região, deveria ter um funcionamento permanente, tendo em vista as inúmeras estruturas a serem descobertas que se encontram, ainda, na região. É fundamental que sejam executados trabalhos nos seguintes espaços: Cripta, Cotiguaçu, Casa dos Padres, Adega, Oficinas, escadarias da quinta, alpendres, casa dos indígenas, cabildo e tambo. Também há o trabalho a ser feito nas setes fontes de água já identificadas e que ficam na área urbana da cidade (Stello, 2005).

Os sítios de São Miguel das Missões, São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Francisco Borgia estão em situação precária e praticamente sem nenhum investimento

3. O município não possui lei de tombamento e as atribuições em relação a tombamentos, registros, inventários, conservação etc. dos bens móveis e imóveis do município competem apenas à Secretaria Municipal da Fazenda.

4. Em São Nicolau, não há lei de tombamento municipal e falta um plano diretor junto à Prefeitura Municipal. Talvez seja o sítio em que os moradores têm mais proximidade com os remanescentes, pois a praça missioneira continua sendo usada, cotidianamente, como a praça principal da pequena cidade.
5. Em São João Batista, a parte dos remanescentes que é de propriedade federal é cercada, mas outras áreas que constituíam o antigo povoado se encontram em terras particulares destinadas à criação de gado.

De modo geral, nos casos de São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir, há pelo menos duas providências necessárias e urgentes:

- a. **A retomada e a ampliação das pesquisas arqueológicas na região para registro das evidências existentes com vistas à sua preservação.** Há necessidade de projetos de requalificação dos quatro sítios envolvendo competências de arqueólogos, arquitetos, historiadores e engenheiros e técnicas de conservação e restauro atualizadas, trabalho esse que deve ser liderado e executado pelo IPHAN, pois essa é a sua missão institucional.
- b. **A implantação de um processo de regularização fundiária nas áreas limítrofes aos sítios tombados.** Consolidar o processo iniciado desde os anos 1930, que garantiu a propriedade pública dos quatro sítios e, com isso, o seu acesso democrático facilita também a conservação dos mesmos.

Nem todos os atuais municípios que possuem em seus territórios esse patrimônio realizaram legislação adequada de tombamento e preservação, muitas vezes barrados por interesses imobiliários locais

Deve-se considerar também que as Missões Jesuítico-Guaranis ocuparam 90% do atual território do estado do Rio Grande do Sul e que há centenas de evidências arqueológicas ainda não exploradas e sem preservação adequada. Nem todos os atuais municípios que possuem em seus territórios esse patrimônio realizaram legislação adequada de tombamento e preservação, muitas vezes barrados por interesses imobiliários locais.

Situação atual





Da página anterior:
São Lourenço mártir, de
provável autoria de José
(Giuseppe) Bressanelli
(superior esquerda)
São Francisco Xavier
(superior direita)
São Estanislau Kotska
(inferiores)

Desta página:
São José de botas

As imagens sacras do período missioneiro que já foram objeto do inventário desenvolvido pelo IPHAN em 1989 e se encontram dispersas pelo Estado deveriam também ser tombadas (obviamente não sem antes estudar suas procedências e as temporalidades).

Por fim, existem no território riograndense vestígios da presença dos indígenas no período posterior à Guerra Guaranítica e à expulsão dos Jesuítas. Esses indígenas que habitavam as reduções foram reassentados em novas aldeias entre 1753 e 1762. Na Capitania de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, a administração portuguesa fundou cinco aldeias com mais de 700 famílias indígenas oriundas dos Sete Povos e alguns grupos de indígenas Tapes e Minuanos. Essas aldeias foram estudadas, isoladamente, por poucos arqueólogos e historiadores e por quase nenhum arquiteto ou urbanista. Juntas, contam uma parte importante da ocupação territorial no sul do Brasil e da relação entre os indígenas e os contingentes europeus, que, possivelmente, tem reflexos até hoje. A falta de reconhecimento e de valorização de seus remanescentes é uma importante lacuna a ser preenchida. Além disso, é preciso buscar evidências de assentamentos pré-históricos indígenas no território.

Propostas

- No âmbito acadêmico, será importante lançar editais voltados a incentivar e financiar projetos de pesquisas interdisciplinares (arqueológicas, históricas, antropológicas etc.) na região. Esses editais poderiam ser de natureza internacional envolvendo os demais países do Mercosul interessados na preservação do patrimônio dos Trinta Povos: Paraguai, Argentina e Uruguai. As fronteiras e os países que conhecemos hoje não existiam no período histórico das Reduções. Limitar aos domínios nacionais esses acontecimentos históricos diminui a grandeza e o potencial desse legado. Os Sete Povos que ficaram no atual território brasileiro integravam, naquela época, um conjunto de Trinta Povos guaranis da Província Jesuítica e assim devem ser considerados quando se fala do período missioneiro.
- Uma sugestão é elaborar projetos de pesquisa e de escavação que contemplem estudos de gênero, por exemplo focados no Cotiguaçu, local onde viviam viúvas e órfãos.
- É necessário realizar concursos públicos federais que efetivem técnicos arqueólogos nas Missões e arqueólogos a serem lotados nas prefeituras municipais missioneiras onde existam sítios tombados, para auxiliar no diálogo com o órgão federal de preservação e a comunidade e elaborar uma carta de potencial arqueológico municipal, a qual servirá de ferramenta de trabalho para o planejamento urbano de cada cidade (construção civil, infraestruturas etc.). De modo geral, há a necessidade de ampliar a atenção e investimentos do IPHAN nos sítios arqueológicos tombados, pois há décadas que não se faz nenhum investimento significativo visando a sua preservação e recuperação.

- Será importante a construção de um Laboratório de Arqueologia e Reserva Técnica nas Missões para apoio ao desenvolvimento das atividades de pesquisa locais e para realizar programas de ensino sobre curadoria e conservação de objetos arqueológicos para jovens ou visita guiada ao patrimônio (Moraes, 2014).
- Por fim, o governo do Rio Grande do Sul definiu o ano de 2026 como marco para comemorar os 400 anos das Missões Jesuítico-Guaranis no estado. A data poderá ser ocasião de várias iniciativas voltadas a envolver a população local acerca desses acontecimentos históricos, para transformando-a em agente de preservação.

O governo do Rio Grande do Sul definiu o ano de 2026 como marco para comemorar os 400 anos das Missões Jesuítico-Guaranis no estado. A data poderá ser ocasião de várias iniciativas voltadas a envolver a população local acerca desses acontecimentos históricos, para transformando-a em agente de preservação

Referências bibliográficas

CARDIEL, José [1747]. Costumbres de los Guaraníes. *Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767*. MURIEL, Francisco. Madrid: V. Suárez, 1919.

CARDIEL, José [1770]. Breve Relación de las Misiones del Paraguay. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús (doc. N°47)*. HERNÁNDEZ, Pablo. Barcelona: Gustavo Gilli, 1913.

CATAFESTO DE SOUZA, J.; Morinico, José Cirilo et. al. *Estudo preliminar sobre os significados mitológicos, cosmológicos e identitários atribuídos pelos Mbyá-Guarani ao sítio de São Miguel Arcanjo (Tava Miri São Miguel), Sagrada Aldeia de Pedra*. Porto Alegre: IPHAN, 2009.

CATAFESTO DE SOUZA, J.O. Aos “Fantasmas das Brenhas”: Etnografia, conquistadores luso-brasileiros do Rio Grande do Sul”. In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XV, n. 1, pp. 271-284, 1989.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. *Ordenamientos Urbanos y Arquitectónicos en el Sistema Reduccional Jesuítico Graraní de la Paracuaria: entre su Normativa y su Realización*. Tesis Doctoral, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2010.

GUTIERREZ, Ramón. *As Missões Jesuíticas dos Guaranis. Fundação Pró-Memória*, Unesco. Rio de Janeiro, 1987.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos Guaranis/Las misiones jesuíticas de los guaraníes*. Rio de Janeiro, Brasil: Publicado para a Unesco pela Secretariado Patrimônio Histórico e Artística Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

GUTIERREZ, Ramón (org.). *Las Misiones Jesuíticas de la Región Guaranítica: una experiencia cultural y social americana*. Buenos Aires: CEDODAL, 2013.

KERN, ARNO ALVAREZ (Org.). *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LA SALVIA, Fernando. *Evidenciação, interpretação e ambientação dos remanescentes das antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, 1982.

LEAL, Fernando Machado. *São Miguel das Missões – estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja*. Rio de Janeiro, Revista do IPHAN, n.19, 1984.

LEONHARDT, C; MAHER, E. *Documentos para la História Argentina*. Tomos XIX e XX (Iglesia). Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Investigaciones Historicas. Buenos Aires: Casa J. Peuser. 1927-29.

LOZANO, Pedro [1754]. *Historia de la Conquista del Paraguay, Tucumán y Río de la Plata*. Buenos Aires: “Imprenta Popular”, 1872.

MEIRA, A. L. G.; Durán Rocca, Luisa. Missões Jesuítico-Guarani no Rio Grande do Sul: ações institucionais, reconhecimentos e invisibilidades. In: Eliane Cristina Deckmann Fleck; Jairo Henrique Rogge. (Org.). *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 786-827.

MELIÁ, Bartomeu S.J. *El Guaraní conquistado e reducido*. Asunción: Assunção: CEADUC, Universidad Católica N.S. de la Asunción, 1986.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTOYA, A. Ruiz de. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape* [1640]. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

MORAES, Tobias Vilhena. *Preservação Arqueológica e Ação Educativa nas Missões*. Tese Doutorado PUCRS. 2014.

NEUMANN, Eduardo. *Letra de Índios: Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

PAGE, Carlos A. *El primer jesuita. Origen de las reducciones del Paraguay*. Posadas: Instituto “Antonio Ruiz de Montoya. 2019.

PAIM, Z. M. V. Urbanidade nas reduções jesuíticas: a língua uniforme, o espaço geometrizado e o tempo perfeito. *Línguas e Letras. Estudos de Linguagem e cultura*. Vol. 13 nº 25 2º Sem. Estudos de linguagem e cultura 2012: 297-323.

PAZ, Carlos D. A missão jesuítica: as complexas relações que vão além da expansão do cristianismo. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Online. 16 de outubro de 2019: 12-20.

PUGLIERI, Thiago Sevilhano; Darlan de Mamann MARCHI, Eduardo Roberto Jordão KNACK, Julia BRANDT, Isabel WAGNER e Andréa LACERDA (organizadores). *Estudos interdisciplinares em patrimônio jesuítico-guarani* [recurso eletrônico]. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

SANTOS, Júlio R. Quevedo. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012 Edição Especial – Lugares da História do Trabalho. 2012: 24-44.

SEPP, Antônio. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos* [Introdução e notas de Wolfgang Hoffmann Harnisch: tradução de Reymundo Schneider e dos alunos da Companhia de Jesus, em Pareci] São Paulo: Martins, Edusp, 1972.

STELLO, Vladimir Fernando, *Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPGECC, UFRGS, 2005.

SUSTERSIC, Bozidar Darko. *Imágenes Guaraní-Jesuíticas*. Paraguay, Argentina, Brasil. 2010.

THEISEN, A.M. F.; RECH, R.M. ; THADDEU, V. L. T. *Projeto de revitalização arqueológica e arquitectónica dos sítios arqueológicos de que compõem o parque histórico nacional das Missões*. Março de 2020. (mimeo)



Projeto gráfico e diagramação
Camila Lie Nakazone

Coordenação editorial
Fernanda Cunha Rezende

